PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2011-12-07	
O Secretário da Mesa	
Jorge Machado (Assinatura)	Digitally signed by Jorge Machado (Assinatura) Date: 2011.12.07 13:56:53 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 1348 / XII (1 .ª)

Assunto: As Associações de Desenvolvimento Local e os Centros Novas Oportunidades

Destinatário: Min. da Economia e do Emprego

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Um conjunto grande de incertezas em torno do Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVC) levou a que, hoje mesmo, três associações de desenvolvimento local do sul do país, a Rota do Guadiana, a ESDIME e a In Loco, tomassem posição pública sobre as questões que as afligem e para as quais não obtêm respostas.

As associações de desenvolvimento local (ADL) entraram no sistema RVC desde a sua implementação. Entendem estas que este sistema vai de encontro às suas preocupações e metodologias de intervenção no âmbito da coesão social e territorial. É isto que faz com que estas entidades tenham o perfil adequado para desenvolvimento deste tipo de iniciativas com sucesso. Foi aliás outra experiencia de cruzamento de ensino recorrente com formação prática, desenvolvida por associações de desenvolvimento, que deu origem aos cursos de Educação e Formação para Adultas (EFA).

Pelos Centros Novas Oportunidades (CNO) passaram já, no conjunto das três entidades, quase 11 000 pessoas, sendo que destas, 4400 foram certificadas.

Para o desenvolvimento desta actividade foram-se constituindo equipas afectas aos CNO, equipas estas que têm em média 15 elementos.

As entidades são agora confrontadas com a reestruturação deste sistema sem que lhe seja garantida a informação necessária para programarem a sua intervenção. As candidaturas, até aqui apresentadas para dois anos, passam a sê-lo para um período de apenas oito meses. A verba disponível para as candidaturas (noticiada mas não confirmada pelas entidades responsáveis) só corresponde a ¼ das necessidades de funcionamento dos centros instalados.

Não se conhece qualquer avaliação do sistema que permita sustentar esta reestruturação. As entidades têm responsabilidades perante as pessoas que admitem para certificação e perante

os seus profissionais, mas têm sido completamente ignoradas pela Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) e pela estrutura de gestão do POPH quando tentam obter informações.

Posto isto, e com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio e com carácter de urgência, perguntar ao Governo, através do Ministério da Economia e do Emprego, o seguinte:

1. Tem o ministério conhecimento que a ANQ não presta os devidos esclarecimentos às entidades interessadas?
2. Irá o ministério intervir para ultrapassar esta situação?
3. Existe um estudo ou avaliação que sustente a reestruturação que está a ser realizada no Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências?
4. Quais as linhas gerais dessa reestruturação?
5. Que papel caberá no futuro às Associações de Desenvolvimento Local?
6. Estas associações serão apoiadas, incluindo financeiramente, num eventual redimensionamento da estrutura afecta aos CNO?

Palácio de São Bento, terça-feira, 6 de Dezembro de 2011

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)

PAULO SÁ(PCP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.